
Babilônia Holding S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Babilônia Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Babilônia Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Babilônia Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

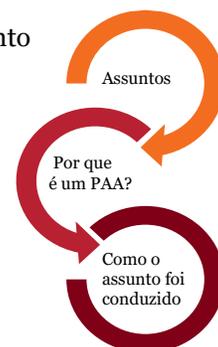
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Babilônia Holding S.A. e da Babilônia Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas Notas 1.1, 5 e 21 às demonstrações financeiras, a receita das controladas da Companhia advém do suprimento de energia elétrica decorrente de venda de energia no Leilão de Energia de Reserva (LER). O correspondente contrato firmado estabelece metodologia de apuração de uma denominada Conta de Energia e, nessa apuração, estão previstas faixas de geração que podem ocasionar ressarcimentos ou receitas variáveis excedentes. Dessa forma, o processamento incorreto de dados ou informações podem gerar distorções no reconhecimento da receita no período. Sendo assim, esse assunto foi considerado como o principal assunto de nossa auditoria.

Para responder a este principal assunto de auditoria, os nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:

- (a) testes sobre a ocorrência, integridade e acuracidade das receitas reconhecidas pelas controladas, considerando a metodologia de apuração da Conta de Energia e as correspondentes faixas de geração;
- (b) verificação, em base de testes, da consistência dos valores contábeis apurados com os dados dos controles de captura da energia gerada no exercício;
- (c) confronto, em base de testes, dos valores apurados com as faturas emitidas;
- (d) teste de recebimentos subsequentes das faturas emitidas; e
- (e) leitura das divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que o reconhecimento da receita é suportado por controles de captura e processamento dos dados desenvolvidos para seguir a metodologia de apuração da Conta de Energia e que as divulgações em notas explicativas são consistentes com as informações obtidas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Babilônia Holding S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



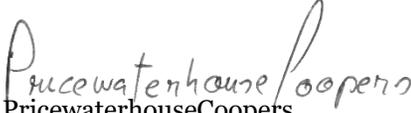
Babilônia Holding S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de maio de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Balancos Patrimoniais findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.660	2.228	87.836	71.711
Concessionárias	9	-	-	16.451	14.744
Impostos a compensar	10	27	16	597	39
Dividendos a receber	11	7.718	-	0	-
Despesas pagas antecipadamente		503	376	1.021	2.035
Partes Relacionadas	11	2.714	1.894	8	3
		<u>13.623</u>	<u>4.515</u>	<u>105.912</u>	<u>88.532</u>
Não Circulante					
Cauções e depósitos vinculados	12	0	-	42.931	25.824
		<u>0</u>	<u>-</u>	<u>42.931</u>	<u>25.824</u>
Investimentos	13	300.900	290.717	-	-
Imobilizado	14	-	-	789.226	818.267
		<u>300.900</u>	<u>290.717</u>	<u>789.226</u>	<u>818.267</u>
Total do ativo		<u>314.524</u>	<u>295.232</u>	<u>938.069</u>	<u>932.623</u>
Passivo e patrimônio líquido					
		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Fornecedores	15	6	762	4.619	10.852
Salários e encargos		466	-	466	-
Impostos a pagar	10	16	1	6.673	1.864
Outros impostos a pagar	10	5	-	2.136	634
Dividendos a pagar	11	4.412	-	4.412	-
Debentures	17	1.292	5.887	1.292	5.887
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	26.250	27.028
Partes Relacionadas		-	-	15	22
		<u>6.197</u>	<u>6.651</u>	<u>45.864</u>	<u>46.287</u>
Não Circulante					
Debentures	17	94.190	80.568	94.190	80.568
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	546.474	569.947
Provisões	18	-	-	3.501	3.110
Outras contas a pagar	19	-	-	33.903	24.698
		<u>94.190</u>	<u>80.568</u>	<u>678.068</u>	<u>678.323</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	20	182.048	182.048	182.048	182.048
Reservas de lucros		29.610	24.415	29.610	24.415
Reserva Legal		2.479	1.550	2.479	1.550
		<u>214.137</u>	<u>208.013</u>	<u>214.137</u>	<u>208.013</u>
Participações não controladores		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		<u>214.137</u>	<u>208.013</u>	<u>214.137</u>	<u>208.013</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>314.524</u>	<u>295.232</u>	<u>938.069</u>	<u>932.623</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional líquida	22	-	-	145.717	131.904
Custo de operação	23				
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	(7.116)	(6.347)
Materiais e serviços de terceiros		-	-	(14.903)	(16.657)
Depreciações e amortizações		-	-	(29.359)	(28.964)
Outros custos de operação		(16)	-	(3.767)	(5.170)
Lucro bruto		<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>90.573</u>	<u>74.765</u>
Despesas Operacionais	23				
Despesas gerais e administrativas		(241)	(83)	(8.805)	(7.120)
Outras Despesas e Receitas operacionais		-	-	2.180	7.943
Resultado antes do Resultado financeiro, tributos e participações societárias		<u>(257)</u>	<u>(83)</u>	<u>83.948</u>	<u>75.588</u>
Resultado Financeiro	24				
Resultado das participações societárias		18.834	9.942	(59.416)	(58.698)
Receitas financeiras		32.495	18.982	-	-
Despesas financeiras		109	84	3.688	1.017
		(13.770)	(9.124)	(63.103)	(59.716)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>18.577</u>	<u>9.859</u>	<u>24.532</u>	<u>16.890</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	-	-	(5.955)	(7.031)
Resultado líquido do exercício		<u>18.577</u>	<u>9.859</u>	<u>18.577</u>	<u>9.859</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado líquido do exercício	18.577	9.859	18.577	9.859
Outros resultados abrangentes				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	18.577	9.859	18.577	9.859

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucro (prejuízo) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	182.047	1.057	15.071	0	198.175
Lucro do exercício	-	-	-	9.859	9.859
Reversão dos dividendos obrigatórios	-	-	(21)	-	(21)
Constituição de reserva legal	-	493	-	(493)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(2.342)	(2.342)
Reserva de retenção de lucros	-	-	7.025	(7.025)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	182.047	1.550	22.074	0	205.671
Lucro do exercício	-	-	-	18.577	18.577
Distribuição dividendos	-	-	(5.700)	-	(5.700)
Constituição de reserva legal	-	929	-	(929)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(4.412)	(4.412)
Reserva de retenção de lucros	-	-	13.236	(13.236)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	182.047	2.479	29.610	0	214.136

Demonstrações de Fluxo de Caixa

(em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.577	9.859	24.532	16.890
Resultado das participações societárias	(32.495)	(18.982)	-	-
Depreciação	-	-	29.359	28.964
Encargos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13.044	8.488	54.340	51.914
Juros provisão para desmantelamento	-	-	391	305
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada	-	-	6.842	13.849
	<u>(874)</u>	<u>(635)</u>	<u>115.465</u>	<u>111.921</u>
Varição em:				
Concessionárias	-	-	(1.707)	10.661
Impostos a compensar	(11)	(1)	(558)	(39)
Despesas pagas antecipadamente	(127)	(375)	1.014	(1.610)
Partes Relacionadas	(820)	(1.894)	(12)	19
Dividendos Recebidos	10.208	5.602	-	-
Outros créditos	-	-	-	475
Fornecedores	(290)	760	(6.233)	7.306
Impostos a pagar	14	1	2.599	110
Outros impostos a pagar	5	-	1.502	634
Outras contas a pagar	369	-	2.182	(746)
	<u>8.473</u>	<u>3.458</u>	<u>114.254</u>	<u>128.731</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais				
Juros pagos	(3.898)	(3.874)	(45.100)	(47.604)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.210)	(7.115)
Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	<u>4.575</u>	<u>(416)</u>	<u>66.943</u>	<u>74.011</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.387	5.548	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	-	(17.107)	8.361
Adições ao imobilizado	-	-	(318)	(2.250)
	<u>4.387</u>	<u>5.548</u>	<u>(17.425)</u>	<u>6.111</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos Pagos	(8.041)	(5.045)	(8.041)	(5.045)
Amortização do principal de empréstimo e debêntures	(488)	(3.046)	(25.352)	(25.530)
	<u>(8.530)</u>	<u>(8.092)</u>	<u>(33.393)</u>	<u>(30.575)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos				
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>432</u>	<u>(2.960)</u>	<u>16.125</u>	<u>49.547</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.228	5.188	71.711	22.164
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.660</u>	<u>2.228</u>	<u>87.836</u>	<u>71.711</u>
	<u>432</u>	<u>(2.960)</u>	<u>16.125</u>	<u>49.547</u>

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Babilônia Holding S.A. (Companhia ou Controladora ou Babilônia), também referida isoladamente ou em conjunto com suas controladas como Grupo, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo – SP. Constituída em 8 de dezembro de 2016, tem por objeto social a participação em outras sociedades, exploração do potencial de projetos eólicos, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade.

A Companhia tem sede e foro na Rua São José Gonçalves de Oliveira, 116, 8ª andar, Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

As participações diretas detidas pela Companhia são as seguintes:

Empresas	Consolidação	31/12/2021	31/12/2020
		Direta	Direta
Central Eólica Babilônia I (Babilônia I)	Integral	100%	100%
Central Eólica Babilônia II (Babilônia II)	Integral	100%	100%
Central Eólica Babilônia III (Babilônia III)	Integral	100%	100%
Central Eólica Babilônia IV (Babilônia IV)	Integral	100%	100%
Central Eólica Babilônia V (Babilônia V)	Integral	100%	100%

1.1 Autorizações dos Parques Eólico Babilônia I, II, III, IV e V

As controladas possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as seguintes autorizações e registros de geração

Empresa	Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Autorização	
							Início	Término
Central Eólica Babilônia I	Ventos de Santa Aparecida	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Central Eólica Babilônia II	Ventos de Santa Beatriz	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	15,2	25/07/2016	25/07/2051
Central Eólica Babilônia III	Ventos de São Gabriel	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	14,3	19/07/2016	19/07/2051
Central Eólica Babilônia IV	Ventos de Santa Aurora	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	13,9	14/07/2016	14/07/2051
Central Eólica Babilônia V	Ventos de Santa Emília	Produtor Independente	Autorização	BA	27,3	14,2	19/07/2016	19/07/2051

A Companhia em 13 de novembro de 2015 vendeu 72,8 MW médio de energia no Leilão de Energia de Reserva (LER), por meio de cinco projetos de geração eólica: Ventos de Santa Aparecida, Ventos de Santa Aurora, Ventos de Santa Beatriz, Ventos de Santa Emília e Ventos

de São Gabriel, localizados no estado da Bahia, região nordeste do Brasil. Em conjunto, os projetos somam capacidade instalada de 136,5 MW.

- Em 14 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.598, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia V para início de operação comercial. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.714, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia I para início de operação comercial. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.713, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia II para início de operação comercial. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018
- Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.712, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia III para início de operação comercial. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018. Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos N° 2.711, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia IV para início de operação comercial. A usina geradora de energia eólica entrou em operação comercial em 01 de Novembro de 2018

COVID - 19 – Coronavírus –Impactos para a Companhia

A Companhia desde fevereiro de 2020 vem monitorando e acompanhando semanalmente os impactos da crise sanitária e, conseqüentemente, econômica causada pela disseminação do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, além de analisar de forma contínua a adoção de medidas necessárias para a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade. As primeiras ações foram diretamente direcionadas à saúde e segurança dos funcionários da operação, fornecedores terceirizados e das comunidades localizadas nas suas zonas de influência. Foi efetuada a disponibilização de recursos voltados a prevenir a disseminação do COVID-19, restringidas as viagens nacionais e internacionais, suspensão de visitas técnicas aos parques, adoção de home office para determinado grupo de empregados, etc.

Destacamos que a receita da Companhia vem integralmente do mercado de energia regulado na modalidade contrato de energia de reserva não tendo exposição ao mercado livre de energia. Não houve impactos financeiros na Companhia em função do COVID-19.

Constrained-off

Para o ano 2021, o impacto da Resolução Normativa 927/2021 da ANEEL nas Centrais Eólicas Babilônia é limitado pois os eventos de constrained-off reduziram drasticamente após sua entrada em vigor em 1 de outubro de 2021.

- Para o futuro, as novas regras em relação limitam as possibilidades para as Centrais Eólicas Babilônia de serem ressarcidas por eventos de constrained-off. No entanto, é esperado que a frequência e a importância dos eventos de constrained-off reduza diante dos investimentos pelo

ONS no sistema de transmissão nacional e do menor uso de recursos termoelétricos graças ao aumento dos níveis dos recursos hídricos.

- As Centrais Eólicas Babilônia pediram por meio de um processo administrativo na ANEEL o ressarcimento integral dos eventos de constrained-off sofridos antes da entrada em vigor da Resolução Normativa 927/2021 da ANEEL e a suspensão do pagamento das multas incorridos até que o pleito seja apreciado pela ANEEL. A resolução deste pleito não é esperada antes do final de 2023.

2 Base de preparação

2.1 Resumo das principais políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e com base nos planos da administração entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de maio de 2022.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das regras contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4

2.4 Base de Consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora através do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas.

- Imobilizado: determinação da vida útil, com base em dados não observáveis significativos (nota explicativa nº14)

- Provisão para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº18)

5 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b. Concessionárias

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os mecanismos anuais e quadrienais, são detalhados na nota explicativa nº9.

c. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxa anual média de 3%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

d. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

g. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas dastas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

h. Debêntures

As debêntures são reconhecidos inicialmente nas dastas em que são originadas. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

i. Provisões

Desmantelamento

São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

j. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k. Imposto de renda e contribuição social

Para as controladas Babilônia I, II, III, IV e V o imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Para a Companhia, o imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro real), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro real), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro e o ICPC 22 / IFRIC 23.

l. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior.

m. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

- ***Receita operacional líquida***

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte.

- **Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente.

n. Ativos e passivos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, a classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva.

Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa 25.1. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, o impacto ao grupo não é material.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo

de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A administração da Companhia avaliou todos os contratos e não identificou nenhum contrato oneroso em 31 de dezembro de 2021, portanto, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2022.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção desses novos pronunciamentos.

7 Gestão De Riscos Do Negócio

A Companhia possui as seguintes políticas: Código de Conduta, Política Antissuborno e Anticorrupção, Política de Relacionamento com Terceiros e Política de Condução de Investigação Interna. Além disso, implementou comitês trimestrais de Operação, ESG e Financeiro e reuniões de Conselho também trimestrais que discutem, entre outros, os assuntos de integridade dos negócios. Os Comitês e reuniões de Conselho possuem membros da investidora Actis, com sede em Londres.

Como resposta aos riscos de mudanças climáticas, no parque existe sistemas específicos que monitora, e faz previsões de vento, chuva, humidade e temperatura, estabeleceram condições específicas de adequação do processo de geração de energia.

Os temas e potenciais impactos dos riscos de mudanças climáticas, podem influenciar não somente divulgações, como também estimativas, mensurações e reconhecimentos contábeis em diversas outras áreas, conforme a realidade de cada entidade.

A depender do grau de implicação nas operações, resultados e demonstrações financeiras, áreas adicionais potencialmente impactadas incluem (mas não limitado à):

- Perda esperada em instrumentos financeiros
- Mensurações a valor justo
- Valor realizável de estoques
- Continuidade operacional
- Valor justo de ativos biológicos

- Passivos ambientais

Dependendo das circunstâncias, as divulgações adicionais podem não estar restritas às estimativas e julgamentos críticos, como também incluir políticas contábeis, notas específicas de ativos e passivos, gerenciamento de riscos e exposições, divulgações de valores justos, entre outros.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos conta movimento	16	33	1.039	1.512
Aplicações Financeiras - renda fixa	2.645	2.196	86.796	70.199
	<u>2.660</u>	<u>2.229</u>	<u>87.836</u>	<u>71.711</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, são referentes aos saldos das contas de livre movimentação e centralizadoras. As contas centralizadoras recebem as receitas dos contratos de venda de energia, que são utilizadas para pagamento de dívidas e, caso necessário, complementação de saldo mínimo de contas reservas das dívidas. Os valores remanescentes, são transferidos para as contas de livre movimentação.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxa média de 94% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (Nota explicativa nº25).

9 Concessionárias

A composição da conta concessionárias é como segue:

	Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CER (**)	2.122	1.797
CCEE (*)	14.329	12.947
	<u>16.451</u>	<u>14.744</u>

* Câmara de comercialização de energia elétrica

** Contrato de energia de reserva

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo era composto pelos seguintes valores e que não constituem Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD): R\$ 214.329 (87%) de

Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, referente às receitas da operação em teste e que são recebidas mensalmente em pequenas parcelas até a total liquidação dos valores; R\$ 2.122 (13%) pelo contrato bilateral de suprimento de energia elétrica das Controladas com a CCEE – CER.

Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer		
Até 60 dias	14.329	12.947
Mais de 60 dias	2.122	1.797
	16.451	14.744

Os contratos do CER têm as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré-estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, sobre a ótica de quatro cenários, conforme segue.

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual à CCEE
2	Entre 90% e 100%	Não gera ressarcimento anual e pode gerar ressarcimento quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento valorado a 70% do preço de CER

Em 2021 a geração ficou no cenário 1, com entrega de 73% do contrato. Os déficits de geração anual são cobrados no ano subsequente à contabilização da CCEE (2021) e os déficits ou saldos positivos das apurações quadrienais serão cobrados no final do primeiro quadriênio em 2023.

10 Impostos

Os impostos são apresentados líquidos entre ativo e passivo, no Balanço patrimonial, conforme segue abaixo:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Pagamentos	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2021
Ativos Compensáveis					
IRRF sobre aplicações financeiras	39	-	4	-	43
IRPJ pago a maior	-	153	(15)	-	138
CSLL pago a maior	-	82	-	-	82
COFINS pago a maior	-	253	-	-	253
PIS pago a maior	-	81	-	-	81
	<u>39</u>	<u>569</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>597</u>
Passivo - a recolher					
	Saldo em 31/12/2020	Adição	Pagamentos	Ajuste de saldo	Saldo em 31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social	1.176	5.955	(2.210)	24	4.945
ICMS sobre diferencial de alíquota	13	7	-	-	20
PIS e COFINS	516	9.876	(8.425)	-	1.967
ISS	49	196	(120)	-	125
PIS, COFINS e CSLL - Serviços	575	2.213	(1.361)	-	1.426
IRRF - Serviços	50	125	(68)	-	107
Outros	119	445	(345)	-	219
	<u>2.498</u>	<u>18.816</u>	<u>(12.529)</u>	<u>24</u>	<u>8.809</u>

11 Transação com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Ativo		Passivo		(-)Despesas/Receitas no exercício	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos Babilônia I		541	382	-	-	541	382
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos Babilônia II		541	379	-	-	541	379
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos Babilônia III		541	379	-	-	541	379
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos Babilônia IV		541	379	-	-	541	379
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos Babilônia V		541	379	-	-	541	379
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos Astic		8	-	(4.412)	(22)	8	(22)
Dividendos	Babilônia I	1.607	-	-	-	1.607	-
Dividendos	Babilônia II	1.787	-	-	-	1.787	-
Dividendos	Babilônia III	1.676	-	-	-	1.676	-
Dividendos	Babilônia IV	1.080	-	-	-	1.080	-
Dividendos	Babilônia V	1.568	-	-	-	1.568	-
		<u>10.432</u>	<u>1.898</u>	<u>(4.412)</u>	<u>(22)</u>	<u>10.432</u>	<u>1.876</u>

Compartilhamento de atividades e alocação de gastos

A Babilônia Holding é subsidiária integral da Astic IE Participações S.A e detém 100% das ações das Centrais Eólicas Babilônias I, II, III, IV e V. As empresas desenvolvem atividades complementares, que exigem coordenação e empenho em comuns. Por meio de Acordo de Divisão de Custos e Rateio de Despesas, compartilham estrutura, recursos humanos e determinados contratos necessários para o exercício de suas atividades.

11.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

A controladora direta da Companhia é a Astic IE Participações S.A. e as subsidiárias são as Centrais Eolicas Babilônias I, II, III, IV e V.

11.2 Remuneração dos administradores

A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Babilônia Holding S.A. e repassada para cada uma das SPEs através de compartilhamento de custos conforme nota explicativa nº 11. Durante o ano de 2021, o montante totalizou R\$ 2.714.

12 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cauções e depósitos vinculados empréstimos	-	-	37.776	20.276
Cauções e depósitos vinculados debêntures	-	-	5.155	5.548
	-	-	42.931	25.824

Como cauções e depósitos vinculados são consideradas as contas reservas dadas em garantia ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e debêntures, foram estabelecidos o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretroatável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter saldo correspondente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização. A Conta Reserva de O&M deverá manter um saldo integral mínimo de O&M equivalente a 3 (três) vezes o valor mensal da última prestação do serviço de manutenção do aerogeradores. A conta Reserva Serviço da Dívida Debêntures deverá manter um saldo mínimo do valor da próxima parcela a vencer.

O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 42.931 foi aplicado em Certificado de Depósitos Bancários - CDB DI e operações compromissadas com remuneração média a taxa média de 84% do Certificado de Depósito Interbancário CDI junto ao Banco Santander visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

13 Investimentos

13.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Saldo em 31/12/2020	Equivalência Patrimonial	Redução de Valor (Capital)	Distribuição	% participação		
					Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Investimentos							
Babilônia I	57.542	6.765	(916)	(2.747)	60.644	100%	100%
Babilônia II	59.375	7.523	(916)	(2.927)	63.056	100%	100%
Babilônia III	55.082	7.056	(862)	(2.816)	58.461	100%	100%
Babilônia IV	55.267	4.548	(837)	(2.220)	56.757	100%	100%
Babilônia V	58.944	6.603	(856)	(2.708)	61.983	100%	100%
	286.210	32.495	(4.387)	(13.418)	300.900		

13.2 Participação direta nos investimentos

Companhias	Ações (mil)		% participação				Ativos Totais		Passivo (Circulante e Não Circulantes)		Patrimônio Líquido		Receitas		Resultado do Exercício	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Ordinárias	Ordinárias	Capital Social integralizado	Capital votante	Capital Social integralizado	Capital votante										
Babilônia Holding																
Babilônia I	53.849	53.849	100%	100%	100%	100%	190.377,42	185.493	128.127	129.522	55.486	58.475	29.836	26.701	6.765	3.931
Babilônia II	53.731	53.731	100%	100%	100%	100%	190.794,21	185.952	125.952	128.079	57.319	60.361	30.389	27.508	7.523	5.288
Babilônia III	59.536	59.536	100%	100%	100%	100%	185.707,04	184.188	125.570	129.562	53.080	55.622	28.679	25.633	7.056	2.274
Babilônia IV	54.490	54.490	100%	100%	100%	100%	184.558,04	183.053	126.721	128.750	53.290	55.911	27.328	24.786	4.548	2.712
Babilônia V	53.668	53.668	100%	100%	100%	100%	183.671,01	183.760	120.120	123.372	56.948	60.078	29.484	27.275	6.603	4.776

14 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação	31/12/2021			31/12/2020			
		Custo histórico	Adição	De preciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	De preciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Máquinas e equipamentos	3,00%	876.936	-	(90.090)	786.846	878.994	(60.732)	818.262,00
Móveis e utensílios	20%	7	-	(3)	4	7	(2)	5,00
Equipamentos de Escritório	20%	1	-	(0)	1	-	-	-
Estoque de Peças		-	2.375	-	2.375	-	-	-
Total do imobilizado		876.945	2.375	(90.094)	789.226	879.001	(60.734)	818.267

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2020	Consolidado			Valor líquido em 31/12/2021
		Ingressos	Transferencia	Depreciação	
Imobilizado em serviço					
Geração					
Máquinas e equipamentos	818.263	61	(2.119)	(29.357)	786.847
Móveis e utensílios	5	-	-	(2)	3
Equipamentos de Escritório	-	1	-	-	1
Estoque de Peças	-	256	2.119	-	2.375
Total do imobilizado em serviço	818.268	318	-	(29.359)	789.227
Total do imobilizado	818.268	318	-	(29.359)	789.227

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Encargos de uso da rede elétrica.	-	-	12	116
Materiais e serviços.	6	762	4.608	10.736
Total	6	762	4.619	10.852

O saldo dos fornecedores teve redução em comparação a 2020, pois as notas recebidas de fornecedor de O&M foram pagas dentro do próprio mês.

16 Empréstimos e financiamentos

16.1 Composições do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do Contrato	Custo da Dívida	Forma de pagamento	Consolidado						
							31/12/2021			31/12/2020			
							Principal		Encargos	Principal			
							Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Moeda nacional													
BNDES	574.000	25/09/2017	586.790	25/09/2017 a 15/05/2035	TJLP + 2,48% a.a.	Principal e Juros mensais	26.250	549.718	575.969	1.705	25.323	573.709	600.737
BNDES - custo de transação						Amortização mensal		(3.244)	(3.244)			(3.762)	(3.762)
							<u>26.250</u>	<u>546.473</u>	<u>572.724</u>	<u>1.705</u>	<u>25.323</u>	<u>569.947</u>	<u>596.975</u>

16.2 Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Amortização	Valor líquido em 31/12/2021
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
Principal	25.323	-	-	-	23.989	(24.863)	24.450
Juros	1.705	-	(41.201)	41.296	-	-	1.800
	<u>27.028</u>	<u>-</u>	<u>(41.201)</u>	<u>41.296</u>	<u>23.989</u>	<u>(24.863)</u>	<u>26.250</u>
Não Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas							
Principal	573.709	-	-	-	(23.989)	-	549.718
Custo de Transação	(3.762)	518	-	-	-	-	(3.244)
	<u>569.947</u>	<u>518</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.989)</u>	<u>-</u>	<u>546.474</u>

16.3 Vencimentos das parcelas do não circulante

<u>Vencimento</u>	<u>Tipo de moeda</u>
<u>Não circulante</u>	<u>Nacional</u>
2023	29.008
2024	31.048
2025	33.230
2026	35.566
2027 até 2030	169.089
2031 até 2035	251.776
Total	549.718

Em 25 de setembro de 2018 a Companhia finalizou a contratação junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do empréstimo, no valor total de R\$574.000. Esse empréstimo foi destinado à implementação do Parque Eólico Babilônia I,II, III, IV e V localizados nos municípios de Morro do Chapéu, estado da Bahia. A remuneração do empréstimo é de TJLP mais 2,48% ao ano. Os pagamentos do principal e juros são em 192 (cento e noventa e duas) parcelas na data de vencimento, sendo a primeira parcela em 15 de junho de 2019, e finalizando em 15 de maio de 2035.

16.4 Garantias contratuais

Em virtude do referido empréstimo, a Companhia cedeu os seguintes itens como garantia: ações das Centrais Eólicas Babilônia I,II, III, IV e V, direitos de créditos, fianças bancárias e uma garantia corporativa.

16.5 Covenants contratuais

Adicionalmente, a Companhia ainda possui determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNDES, as quais serão exigidas somente após o início das operações, que aconteceu à partir de 2018 (nota explicativa nº 1.1), abaixo detalhamos essas obrigações:

- Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo integral mínimo de O&M equivalente a 3 (três) vezes o valor mensal da última prestação do serviço de manutenção do aerogeradores;
- Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no valor 3 (três) vezes o valor mensal do serviço da dívida incluindo principal e juros;
- Apresentar em conta caução e depósito vinculado saldo disponível de reserva serviço de dívida das debentures no valor necessário para perfazer o montante equivalente à próxima prestação dos serviços da dívida das debêntures;
- Manter anualmente um índice de cobertura da dívida igual ou superior a 1,20.

A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

A Companhia atendeu plenamente a todas as obrigações restritivas (covenants quantitativos e qualitativos) e cláusulas cujos indicadores devessem ser mensurados na data base de 31 de dezembro de 2021.

17 Debêntures

17.1 Composição do saldo das debêntures e encargos

Agente Fiduciário	Quantidade de Títulos	Valor unitário	Valor Total	Data de emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Controladora / Consolidado							
							31/12/2021				31/12/2020			
							Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Encargos Total	Encargos Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Encargos Total
Simplific Pavarini - distribuidora de títulos e valores mobiliários	87.000	1.000	87.000	15/06/2019	15/06/2019 a 15/11/2033	Implementação do Parque Edício	204,94	1.087	96.337	97.629	435	5.452	83.085	88.972
(-) Custos de emissão							-	-	(2.147)	(2.147)	-	-	(2.517)	(2.517)
Total	87.000	1.000	87.000				204,94	1.087	94.190	95.482	435	5.452	80.568	86.455

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias
Babilônia Holding					
1º emissão	Série única	87.000	IPCA+ 4,2386%	27 parcelas semestrais e consecutivasm sendo que a 1º parcela devida em 15 de novembro de 2020.	Ações das SPE's Babilônia I, II, III, IV e V, Aero geradores, Dividendos, Conta garantia e depósito cauções e garantia adicional fidejussória.

17.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2020	Ingresso	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2021
Curto Prazo						
Debêntures	435	-	(488)	9.114	(7.973)	1.087
Juros	5.452	-	(3.898)	3.930	(5.278)	205
	5.887	-	(4.387)	13.044	(13.252)	1.292
Longo Prazo						
Debêntures	83.085	-	-	-	13.252	96.337
Custo de transação	(2.517)	370	-	-	-	(2.147)
	80.568	370	-	-	13.252	94.190

17.3 Vencimentos das parcelas do não circulante

<u>Vencimento</u>	<u>Tipo de moeda</u>
<u>Não circulante</u>	<u>Nacional</u>
2023	1.305
2024	1.740
2025	2.610
2026	3.480
2027 até 2033	87.203
Total	<u>96.337</u>

As debentures partilham das mesmas garantias e covenants dos contratos com o BNDES.

18 Provisão para desmantelamento

	<u>Não circulante</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Desmantelamento	3.501	3.110
Total	<u>3.501</u>	<u>3.110</u>

A movimentação do desmobilização no exercício é a seguinte:

	<u>Desmantelament</u>
Saldo em 31/12/2020	<u>3.110</u>
Juros	<u>391</u>
Saldo em 31/12/2021	<u>3.501</u>

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá

devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento.

A provisão para desmantelamento do Parque Eólico Babilônia I, II, III, IV e V está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa nº 14).

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 12,23% a.a.

19 Outras contas a pagar – Passivo

	Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020
Credores diversos	33.903	24.698
Total	33.903	24.698

O saldo de R\$ 33.903 (2021 R\$ 24.698) no passivo na rubrica de credores diversos - Concessionárias refere-se ao ajuste anual do contrato de suprimento de energia elétrica com a CCEE, conforme as regras indicadas na nota explicativa nº9, esse contrato tem a seguinte característica; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado. Os valores devidos na apuração quadrienal podem variar positiva ou negativamente, em função de mais ou menos energia entregues anualmente durante os anos do quadriênio.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2021 totalmente integralizado é de R\$ 182.048 (2020 R\$ 182.047) e composto de 134.353 (2020 134.353)ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

<u>Acionistas</u>	<u>Ações Nominativas</u>		
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>%</u>
Astic IE Participações S.A.	134.353	134.353	100%
Total	<u>134.353</u>	<u>134.353</u>	<u>100%</u>

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

20.2 Destinação do lucro

Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202.

No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessas de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social.

Em 2021 a companhia distribuiu dividendos no montante R\$ 2.341 referente o resultado de 2020, em seguida realizou antecipação de dividendos 2021 no montante de R\$ 5.700

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do período	18.577	9.859
Prejuízo acumulado anos anteriores	-	-
	<u>18.577</u>	<u>9.859</u>
Constituição de reserva legal - 5% (i)	(929)	(493)
Lucro acumulado	<u>17.648</u>	<u>9.366</u>
Destinação do lucro	17.648	9.366
Dividendo mínimo obrigatório	4.412	2.342
Reserva de retenção de lucros (ii)	13.236	7.025

(i) **Reserva de lucros - legal**

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém reserva no montante de R\$ 929 a título de reserva legal.

(ii) **Reserva de lucros - retenção de lucro**

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender à potenciais contingências ou eventos incertos no futuro. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o montante de R\$ 29.610.

21 Receita operacional líquida consolidada

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Faturada	158.125	150.820
(-) Ajuste Financeiro Energia Não Entregue	(6.842)	(13.849)
Receita operacional bruta	151.283	136.971
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(5.565)	(5.068)
Receita Operacional Líquida	145.717	131.904
MWH - gerado / comercializado	603.161	580.395

A avaliação de geração de energia não faz parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes. Para as Demonstrações Financeiras aqui apresentadas, foram utilizados os resultados disponibilizados pela CCEE.

22 Despesas operacionais consolidadas

Babilônia Holding S.A. (Controladora)

	31/12/2021					31/12/2020				
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Administrativas	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Gerenciáveis										
Serviços de terceiros	-	-	241	-	241	-	-	83	-	83
	-	-	241	-	241	-	-	83	-	83
Total	-	-	241	-	241	-	-	83	-	83

Babilônia Holding S.A. (Consolidado)

	31/12/2021					31/12/2020				
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Administrativas	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Não gerenciáveis										
Encargos de uso da rede elétrica	7.116	-	-	-	7.116	6.347	-	-	-	6.347
	7.116	-	-	-	7.116	6.347	-	-	-	6.347
Gerenciáveis										
Serviços de terceiros	-	18.670	8.805	-	27.475	-	19.831,00	7.120	-	26.951
Compartilhamento de custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	29.359	-	-	29.359	-	28.964,00	-	-	28.964
Aluguéis e arrendamentos	-	-	-	-	-	-	1.996,00	-	-	1.996
Ganhos na desativação e alienação de bens	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.943)	(7.943)
Outros	-	-	-	(2.180)	(2.180)	-	-	-	-	-
	-	48.029	8.805	(2.180)	54.654	-	50.791,00	7.120	(7.943)	49.968
Total	7.116	48.029	8.805	(2.180)	61.770	6.347	50.791,00	7.120	(7.943)	56.315

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	109	84	3.536	455
SELIC sobre tributos	-	-	-	29
Juros recebidos contas a receber	-	-	151	534
	<u>109</u>	<u>84</u>	<u>3.688</u>	<u>1.017</u>
Despesas financeiras				
Juros e multa sobre impostos	-	(7)	(6)	(4)
Encargos de dívidas	(9.114)	(9.054)	(61.524)	(58.840)
Comissões sobre financiamento	(4.341)	-	-	-
Ajuste a valor presente	-	(24)	(373)	(330)
Outras despesas financeiras	(314)	(39)	(1.201)	(542)
	<u>(13.770)</u>	<u>(9.124)</u>	<u>(63.103)</u>	<u>(59.716)</u>
Total	<u>(13.661)</u>	<u>(9.040)</u>	<u>(59.416)</u>	<u>(58.698)</u>

24 Imposto de renda e contribuição social corrente

Para a Companhia controladora, o imposto de renda e contribuição social é registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro real), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro real), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	18.577	18.577	9.859	9.859
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL	<u>(4.644)</u>	<u>(1.672)</u>	<u>(2.465)</u>	<u>(887)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões				
Resultado de Equivalência Patrimonial	32.495	32.495	18.982	18.982
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	<u>(27.851)</u>	<u>(30.823)</u>	<u>(16.517)</u>	<u>(18.095)</u>
Resultado de IRPJ e CSLL	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva - %	<u>0%</u>	<u>0%</u>	<u>0%</u>	<u>0%</u>

Para as controladas Babilônia I, II, III, IV e V o imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	24.532	24.532	16.890	16.890
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL	(6.133)	(2.208)	(4.223)	(1.520)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Outras				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(27.851)	(30.823)	(16.517)	(18.095)
Ajuste a lucro presumido	30.035	31.026	15.958	17.366
Resultado do IRPJ e CSLL	(3.949)	(2.005)	(4.782)	(2.249)

25 Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados.

A administração dos riscos associados a estas operações incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos futuros.

25.1 Risco de juros

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota explicativa nº 16 e 17, possuem como contraparte o agente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social e Debêntures de Infraestrutura. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições.

A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudança em variáveis de mercado, supondo:

- (i) Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2021 (CDI 4,42% a.a., TJLP 6,08% a.a. IPCA 4,52%);
- (ii) Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e;
- (iii) Cenário III: redução / elevação do índice em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Ativo Financeiro

Aplicações Financeiras CDB (*)	CDI	86.796	3.606	4.508	5.409
Cauções e depósitos vinculados (*)	CDI	42.931	1.784	2.230	2.676
Subtotal		<u>129.727</u>	<u>5.390</u>	<u>6.737</u>	<u>8.085</u>

Passivo Financeiro

Empréstimos e financiamentos BNDES	TJLP + 2.48%	575.969	(74.070)	(92.587)	(111.104)
Empréstimos e financiamentos Debentures	IPCA + 4,2386%	97.629	(8.551)	(10.689)	(12.826)
Subtotal		<u>673.598</u>	<u>(82.621)</u>	<u>(103.276)</u>	<u>(123.930)</u>

25.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentados na nota explicativa nº 16 e 17.

“Covenants” são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos “covenants” impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos “covenants” quantitativos por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa nº 16. Até 31 de dezembro de 2021 todos os “covenants” quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, exceto a obrigação de manter uma reserva especial, a Companhia não poderá distribuir dividendos a seus controladores.

Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº8) e Concessionárias (nota explicativa nº9). A Companhia em 31 de dezembro de 2021 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (nota explicativa nº 26) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica de “empréstimos e financiamentos” e “provisões” estão considerados os fluxos de caixa projetado. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Babilônia Holding S.A. (Controladora)

	Valor Contábil	Total	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	6	6	6	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos - BNDES	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos - Debentures	97.629	97.629	-	1.292	2.584	5.655	88.097
Total	97.635	97.635	6	1.292	2.584	5.655	88.097

Babilônia Holding S.A. (Consolidado)

	Valor Contábil	Total	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	4.619	4.619	4.619	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos - BNDES	575.969	575.969	6.562	19.687	52.500	93.287	403.932
Empréstimos e Financiamentos - Debentures	97.629	97.629	-	1.292	2.584	5.655	88.097
Provisão de Desmantelamento	3.501	3.501	-	-	-	-	3.501
Total	681.718	681.718	11.182	20.980	55.084	98.942	495.531

25.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de “Caixa e equivalente de caixa” “Concessionárias” e “Caução e Depósitos Vinculados”.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2021 é:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.660	2.228	87.836	71.711
Concessionárias	-	-	16.451	14.744
Caução e Depósitos Vinculados	-	-	42.931	25.824
Total Exposição	2.660	2.228	147.217	112.279

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências

ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Riscos regulatórios

As atividades da Companhia e regulamentada e fiscalizada pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

25.4 Classificação dos instrumentos financeiros

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Informações de Nível 2: são técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Informações de Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

Nota	Categoria	Níveis	Controladora		Consolidado		
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	44.196,00	
Ativos Financeiros							
Circulante							
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	Valor justo	Nível 2	16	33	1.039	1.512,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	Valor justo	Nível 2	2.645	2.196	86.796	70.199,00
Cauções e Depósitos Vinculados	12	Valor justo	Nível 2	-	-	-	-
Não Circulante							
Cauções e Depósitos Vinculados	12	Valor justo	Nível 2	-	-	42.931	25.824,00
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	15	custo amortizado	Nível 1	6	762	4.619	10.852,28
Debentures	17	custo amortizado	Nível 2	1.292	5.887	1.292	5.887,21
Empréstimos e Financiamento	16	custo amortizado	Nível 2	-	-	26.250	27.027,69
Não Circulante							
Debentures	17	custo amortizado	Nível 2	94.190	80.568	94.190	80.568,04
Empréstimos e Financiamentos	16	custo amortizado	Nível 2	-	-	546.474	569.947,03
Outras Contas a Pagar	19	custo amortizado	Nível 1	-	-	33.903	24.698,05

Os empréstimos e financiamentos do BNDES e Debentures não foram marcados a mercado por se tratarem de instrumentos financeiros com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado):

	31/12/2021	31/12/2020
Mensuradas ao custo		
Moeda Nacional		
Instituição Financeira		
Debentures	Nível 2	95.511
BNDES	Nível 2	86.455
Total	668.235	596.976
	668.235	683.431

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1.1 Responsabilidades com locações operacionais

As Controladas firmaram contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis para instalação e operação do parque eólico. Os contratos têm prazo de 42 anos e poderão ser renovados por períodos sucessivos de 22 anos. O pagamento tem como base 1,5% do faturamento líquido dividido pelo número total de aerogeradores da Usina Eólica e multiplicado pelo número de aerogeradores efetivamente instalados em cada área arrendada.

26.1.2 Obrigação de compra

As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional das Controladas e da Companhia.

26.1.3 Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado

As Controladas assinaram contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Tais contratos possuem prazo de vigência de 1º de dezembro 2018 a 31 de outubro 2038. Como consequência, 100% de sua capacidade instalada será destinada ao atendimento desses contratos.

26.2 Garantias

Tipo de Garantia Oferecida	31/12/2021	31/12/2020
Penhor de Ações (a)	134.353	134.353
Fiança Bancária (b)	921	921

- (a) Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertencem à Companhia.
- (b) Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. O

saldo de Fiança Bancária refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição e transmissão das Controladas.

- (c) Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão. Terminou em 2019.

27 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Atualmente, todos os assuntos ambientais estão em conformidade com as condicionantes das Licenças de Operação. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

28 Provisão para risco trabalhista, tributário, cíveis e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo o desfecho desfavorável é avaliado como provável.

Em 31 de Dezembro de 2021 a Companhia não apresentou provisão para riscos trabalhistas, tributárias, cíveis e depósitos judiciais, por não ter conhecimento de processos judiciais e procedimentos administrativos classificados com provável.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

As controladas são partes em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportadas por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perda possível, em 31 de dezembro de 2021 estavam assim representadas:

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	Montante	Quantidade	Montante
Passivo				
Cobranças extracontratuais 2018	1	(1.506)	1	(1.506)
Total	1	(1.506)	1	(1.506)

Adicionalmente, há 1 ação de cobrança de extra contratual durante a construção em 2018 onde as Babilônias entram co-participação.

29 Cobertura de seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A avaliação de suficiência dessas apólices não faz parte do escopo dos trabalhos dos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização Consolidado em 31/12/2021
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes	822.254
Responsabilidade Civil	Geral	40.000
Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)	Geral	15.000

30 Eventos subsequentes

Novas regras eventos constrained off

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou em 22 de março de 2021, a resolução normativa que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas. A resolução determina que para os eventos ocorridos até setembro de 2021, no Ambiente de Comercialização Regulada, será aplicada regra de transição já utilizada na análise de casos concretos. Para os casos que ocorrerem a partir de outubro de 2021, foi definida nova metodologia. Essa nova metodologia (a ser aplicada apenas para as situações que ocorrerem a partir do segundo semestre de 2021) estabelece que o pagamento de restrições de operação às eólicas será feito somente quando a taxa de indisponibilidade ultrapassar 78 horas por ano. Esse valor é uma média móvel de cinco anos, que deverá ser atualizada futuramente pelo Operador Nacional do Sistema.

Adicionalmente, a companhia entrou com um mandado de segurança na ANEEL e CCEE para a suspensão de eventuais penalidades regulatórias e/ou contratuais em razão da não entrega de energia aos seus contratos regulados e decorrentes das restrições de geração impostas pelo ONS até que a Agência Reguladora conclua o julgamento do Processo Administrativo nº 48500.004858/2021, iniciado em Janeiro/2021, inclusive o requerimento apresentado em 18/10/2021.

* * *